

ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE

ENTRE

XXXXXXXXXXXXX., Pessoa Colectiva nºxxxxxxxx, registada na Conservatória do Registo Comercial de xxxxxx sob o mesmo número com Sede Social na Rua xxxxxx, xxx, xxxx-xxx xxxxxxxx, adiante designada por “**xxxxx**”

E

Estado-Maior do Exército, Pessoa Coletiva n.º 600021610, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número com Sede Social na Rua do Museu da Artilharia, 51, 1100-453 Lisboa, adiante designada por “**PARTE DIVULGADORA**”

Também designada individual ou conjuntamente como **PARTE** ou **PARTES**

CONSIDERANDO QUE

- A)** O concurso em apreço tem em vista avaliar a possibilidade de desenvolvimento de um produto tecnológico inexistente no mercado no contexto do projeto PESCO “Automated Modelling, Identification and Damage Assessment of Urban Terrain (AMIDA-UT)” (adiante designado por “**Âmbito**”).
- B)** Tendo em vista o fim referido no considerando anterior as **PARTES** aceitam trocar informação e comprometem-se a tratar esses mesmos dados como informação confidencial.

É DE BOA FÉ CELEBRADO E RECIPROCAMENTE ACEITE O PRESENTE ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE QUE SE REGERÁ PELOS TERMOS E CONDIÇÕES CONSTANTES DAS CLÁUSULAS SEGUINTE

DEFINIÇÕES

- (i) Por “**Parte Divulgadora**” entende-se aquela que divulga, comunica ou torna acessível a sua informação confidencial à PARTE RECEPTORA.
- (ii) Por “**Parte Receptora**” entende-se aquela que recebe ou a quem é tornada acessível a informação confidencial da PARTE DIVULGADORA.

- (iii) Por “**Informação Confidencial**” para efeitos deste Acordo de Confidencialidade considera-se toda e qualquer informação, documento ou respectivo conteúdo, total ou parcialmente transmitidos entre as **PARTES**, por escrito ou oralmente ou por qualquer outro suporte electrónico ou forma de comunicação, podendo incluir sem limitação, especificações de produtos, programas de computador, tecnologia, planos, desenhos, modelos, amostras, informações técnicas, comerciais, financeiras, administrativas ou estratégicas ou de qualquer outra índole.

AS PARTES ACORDAM O SEGUINTE:

1. O presente Acordo tem por objecto a manutenção da confidencialidade e sigilo relativamente a toda a informação divulgada e trocada entre as **PARTES**, incluindo sem limitação, toda e qualquer informação a que a PARTE RECEPTORA tenha tido ou venha a ter acesso e que, de qualquer modo, esteja ou possa ser relacionada com a PARTE DIVULGADORA e/ ou a sua atividade.
2. O acordo de confidencialidade é parte integrante do processo de concurso e inclui toda a informação divulgada no próprio concurso.
3. A celebração do presente Acordo não constitui a PARTE DIVULGADORA na obrigação de divulgar a Informação Confidencial e/ou de celebrar quaisquer contratos relacionados com a Informação Confidencial.
4. A obrigação de guardar sigilo referida no ponto 1 mantém-se após o termo do presente Acordo por um período adicional de 5 anos, no que respeita a todas as informações recebidas, ainda que o mesmo seja denunciado ou resolvido por qualquer das **PARTES**. A PARTE RECEPTORA obriga-se ainda a:
 - (a) proteger a Informação Confidencial da PARTE DIVULGADORA de acordo com as obrigações deste Acordo de Confidencialidade;
 - (b) não utilizar qualquer Informação Confidencial fornecida no Âmbito e/ ou desenvolvimento do presente Acordo, salvo autorização escrita da PARTE DIVULGADORA;
 - (c) não comunicar, na totalidade ou parcialmente, directamente ou indirectamente, a Informação Confidencial da PARTE DIVULGADORA para terceiros, com a excepção

daqueles referidos na alínea 5 deste Acordo.

5. Não se considera como Informação Confidencial, informação que:

- (a) se encontra ou venha a se encontrar disponível para o público em geral, excepto de se tratar de um acto de negligência da PARTE RECEPTORA;
- (b) já tenha sido legitimamente divulgada à PARTE RECEPTORA através de terceiros sem obrigações de sigilo, desde que tal possa ser comprovado pela PARTE RECEPTORA;
- (c) A informação que as **PARTES** acordem, por escrito, na possibilidade da sua divulgação.

6. A divulgação da informação apenas pode ser efectuada entre os trabalhadores, colaboradores, e representantes das **PARTES** como também os Afiliados que necessitem de conhecer a Informação Confidencial para o desenvolvimento do seu trabalho e/ou do Âmbito desde que estes estejam obrigados a manter confidencialidade e guardar sigilo relativamente à Informação Confidencial.

7. Informação Confidencial com restrições Governamentais serão identificadas como “Classificado” no acto de divulgação à PARTE RECEPTORA e esta obriga-se a observar e a cumprir com as respectivas restrições.

8. A divulgação de Informação Confidencial ao abrigo do presente Acordo de Confidencialidade não é considerada, nem faz presumir, em caso algum, a atribuição à PARTE RECEPTORA de quaisquer licenças, autorizações, direitos de propriedade ou outras figuras afins sobre a referida Informação Confidencial.

9. A PARTE RECEPTORA fica expressamente proibida de proceder total ou parcialmente a qualquer cópia da Informação Confidencial, assim como não executará engenharia reversa, não descompilará, ou analisará a construção física ou lógica de qualquer Informação Confidencial, bem como fica proibida de efectuar quaisquer alterações ao seu conteúdo ou de revelar a terceiros, no todo ou em parte e sob qualquer pretexto, essa informação, salvo quando tal for legal ou judicialmente exigido.

10. Sempre que a PARTE DIVULGADORA o solicite ou no termo do presente Acordo de Confidencialidade, a PARTE RECEPTORA obriga-se a devolver todos os dados e ou informações pertencentes a esta ou por esta fornecidos no âmbito do presente Acordo de Confidencialidade ou, em alternativa, proceder à respectiva destruição, mediante autorização

escrita da PARTE DIVULGADORA.

11. A PARTE RECEPTORA assume o compromisso de assegurar todas as providências adequadas ao bom conhecimento e cumprimento das obrigações a que se vincula pelo presente Acordo de Confidencialidade junto dos seus Afiliados, trabalhadores, colaboradores, estudantes e representantes, de natureza singular ou colectiva, ao seu serviço, designadamente para os efeitos de responsabilidade civil e disciplinar em que aqueles podem ficar pessoalmente constituídos.
12. A PARTE DIVULGADORA tem o direito de alterar, a todo o tempo e sempre que o entender, toda e qualquer Informação Confidencial divulgada, incluindo, mas não se limitando às especificações de produtos, planos, desenhos, modelos, amostras, informações técnicas, comerciais, financeiras, administrativas ou estratégicas ou de qualquer outra índole, sem que se constitua na obrigação de comunicar tal facto ao PARTE RECEPTORA.
13. A PARTE DIVULGADORA não será responsável perante o PARTE RECEPTORA ou terceiros, seja a que título for, pela utilização da Informação Confidencial divulgada ao abrigo do presente Acordo.
14. No âmbito do presente acordo, logo que uma das Partes inicie o Tratamento dos detalhes de contacto dos colaboradores da outra Parte, as Partes deverão realizar o referido tratamento, cada uma como Responsável pelo Tratamento, apenas para efeitos de gestão administrativa.

Para o efeito, cada Parte obriga-se a cumprir a Legislação de Dados Pessoais aplicável e a fornecer a cada um dos relevantes Titulares de Dados a respetiva comunicação de informação tal como fornecida pela outra Parte, de forma a permitir que a última possa cumprir com o disposto no Artigo 14º do RGPD.

15. O presente Acordo produz efeitos desde a data da sua assinatura e terá o seu termo a 3 anos após a data da sua assinatura.
16. O presente acordo será regulado e interpretado segundo a lei portuguesa e qualquer litígio emergente da interpretação, execução ou cumprimento do mesmo será sujeito às regras de Mediação da ICC. Caso as partes não cheguem a acordo no prazo de 60 (sessenta) dias ou outro que seja acordado por escrito entre as Partes, o litígio será submetido a um Tribunal Arbitral a constituir de acordo com as Regras da Lei da Arbitragem Voluntária (Lei n.º 63/2011, de 14 de Dezembro de 2017).

O lugar da Arbitragem será Lisboa e a língua utilizada na mesma será o Português.

Este Acordo foi assinado em duplicado pelos representantes autorizados de ambas as Partes.

Feito em dois originais, um para cada uma das **PARTES**.

_____(Local), ____ de ____ de 2025

xxxxxxx

[•]

Assinatura:_____

Assinatura:_____

Nome:_____

Nome:_____

Função:_____

Função:_____